

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	17
1.1 Demanda pela reformulação da tributação do consumo.....	17
1.2 Nova tributação do consumo do Brasil – Novos tributos e tributos extintos.....	20
1.3 Novos princípios tributários expressos na Constituição.....	24
1.3.1 Princípio da simplicidade	25
1.3.2 Princípio da transparência	27
1.3.3 Princípio da justiça tributária	29
1.3.4 Princípio da cooperação.....	31
1.3.5 Princípio da defesa do meio ambiente.....	34

Capítulo 2

IMPOSTO SELETIVO – IS	39
2.1 Fim da seletividade como forma de mitigação da regressividade na tributação do consumo	39
2.2 A ideia de um <i>sin tax</i> (“imposto do pecado”).....	43
2.3 O papel da lei complementar.....	46
2.4 Legalidade, anterioridade e noventena.....	48
2.5 Regramento constitucional.....	50
2.5.1 Imunidades	51
2.5.2 Incidência monofásica	55
2.5.3 Incidência “por fora”	56

2.5.4	Autorização para bitributação e <i>bis in idem</i>	58
2.5.5	Alíquotas específicas ou <i>ad valorem</i>	61
2.5.6	Incidência sobre a extração de recursos minerais....	61
2.5.7	Repartição dos recursos arrecadados.....	64
2.6	Fato gerador	67
2.7	Base de cálculo.....	75
2.8	Contribuintes.....	76
2.9	Lançamento.....	77

Capítulo 3

IVA DUAL BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS – CBS E IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS		79
3.1	IVA dual e identidade estrutural entre CBS e IBS.....	80
3.2	Princípio da neutralidade	85
3.3	Disposições constitucionais comuns a CBS e IBS.....	87
3.3.1	Amplitude conceitual da expressão “bens e servi- ços”	87
3.3.2	Incidência nas importações	90
3.3.3	Imunidade nas exportações	91
3.3.4	Legislação nacional única e regime de alíquotas.....	92
3.3.4.1	Alíquotas de referência	93
3.3.5	Princípio da não cumulatividade.....	95
3.3.6	Adoção do sistema de crédito financeiro.....	98
3.3.7	Cálculo “por fora”	102
3.3.8	Restrição à concessão de benefícios fiscais.....	104
3.3.9	Regimes específicos de tributação.....	105
3.3.9.1	Combustíveis e lubrificantes	107
3.3.9.2	Serviços financeiros	114

3.3.10	Regimes favorecidos de tributação	119
3.3.10.1	Redução de alíquota	121
3.3.10.2	Concessão de isenção e de crédito presumido.....	129
3.3.11	Imunidade na radiodifusão de recepção livre e gratuita.....	133
3.3.12	Sujeitos passivos	134
3.3.13	<i>Split payment</i>	135
3.3.14	Desoneração completa da aquisição de bens de capital.....	141
3.3.15	Uniformidade do tratamento dos regimes aduaneiros especiais e das zonas de processamento de exportação.....	147
3.3.16	Compras governamentais	149
3.3.17	Dupla oneração como requisito para uso de crédito	153
3.3.18	Adoção do mecanismo de cashback.....	155
3.4	A tributação pelo IBS “no destino”	159
3.5	Processo administrativo fiscal	165
3.6	Comitê gestor do IBS	167
3.6.1	Instauração, financiamento e composição	168
3.6.2	Competências.....	170
3.6.3	Deliberações.....	173
3.7	Fato gerador	174
3.8	Base de Cálculo.....	179
3.9	Sujeitos passivos.....	182
3.10	Lançamento.....	186

Capítulo 4

REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS 187

- 4.1 Reflexos da nova tributação do consumo sobre a sistemática de repartição de receitas tributárias 187
- 4.2 Alterações na repartição direta 189
 - 4.2.1 Repartição direta do IBS dos Estados com os Municípios 190
 - 4.2.2 Outras novidades na repartição direta 196
- 4.3 Alterações na repartição indireta 197
 - 4.3.1 Fundos de participação e fundo de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste 197
 - 4.3.2 Fundo de compensação à desoneração das exportações 200

Capítulo 5

CRIAÇÃO DE NOVOS FUNDOS 203

- 5.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional 203
- 5.2 Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais 209
- 5.3 Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas e Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental do Amapá 212

Capítulo 6

AS REGRAS DE TRANSIÇÃO 215

- 6.1 Introdução 215
- 6.2 Transição para o contribuinte 216
 - 6.2.1 Implementação dos novos tributos 217
 - 6.2.2 Extinção dos tributos substituídos 222
 - 6.2.3 Marcos temporais na transição para o contribuinte 225
 - 6.2.4 Aproveitamento dos saldos credores 226

6.3	Transição para os entes federados.....	228
6.3.1	Alíquotas de referência.....	229
6.3.2	Mecanismos de trava à carga tributária	234
6.3.3	Migração para o princípio do destino	240
6.3.4	Seguro-receita.....	244
6.4	Outras disposições transitórias.....	246
6.4.1	Zona Franca de Manaus	246
6.4.2	Contribuição sobre Produtos Primários e Semiela- borados – CPPS	248
6.4.2.1	Origem.....	248
6.4.2.2	Natureza jurídica	249
6.4.2.3	Limitações.....	251
6.4.2.4	Compensação dos fundos por meio da partilha da arrecadação do IBS	252

Capítulo 7

NOVAS IMUNIDADES, TRIBUTOS REMODELADOS E SIMPLES NACIONAL.....	255
7.1 Imunidade recíproca extensiva.....	255
7.2 Imunidade religiosa.....	262
7.3 Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	266
7.4 Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD	267
7.4.1 Mudança de critério para definição do sujeito ativo	267
7.4.2 Sujeito ativo e conexão com o exterior (regulação provisória)	268
7.4.3 Necessária progressividade das alíquotas.....	270
7.4.4 Imunidade das transmissões e doações a institui- ções de relevância pública e social.....	271

7.5	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	272
7.5.1	Incidência sobre embarcações e aeronaves	272
7.5.2	Imunidades específicas	273
7.5.3	Ampliação da seletividade das alíquotas	275
7.6	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	276
7.7	Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública e Monitoramento dos Logradouros Públicos – COSIMP	278
7.8	CIDE-combustíveis e sua nova destinação	280
7.9	Simples Nacional	281
7.9.1	Previsão legal de novos princípios	282
7.9.2	Inclusão dos novos tributos e retirada de outros	285
7.9.3	Possibilidade de “opção parcial”	288